DECISÃO SINGULAR	:	**DSG-G.RC-10390/2013**
PROCESSO	:	**N.º TC/9585/2013**
PROTOCOLO	:	**N.º 1410912**
ÓRGÃO	:	**SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO**
RESPONSÁVEL	:	**THIE HIGUCHI VIEGAS DOS SANTOS**
ASSUNTO	:	**APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA**
RELATOR	:	**RONALDO CHADID**

APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. PROVENTOS INTEGRAIS. CONCESSÃO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. REGISTRO.

Examina-se a aposentadoria voluntária concedida a MARIA ALVES BARBOSA DA SILVA CAMARGO, nascida em 10.03.1951, ocupante do cargo de Agente de Atividades Educacionais, nível VII, classe F, da Secretaria de Estado de Educação, para fins de **registro.**

De posse do caderno processual, a Inspetoria de Controle Externo de Atos de Pessoal emitiu a análise conclusiva nº ANC-7ICE- 11072/2013 (peça virtual 02), pelo registro da aposentadoria, ao constatar: ***1-*** *a tempestividade da remessa dos documentos que compõem os autos atendendo ao estabelecido no Anexo I, Capítulo II, Seção II, da Instrução Normativa TC/MS n.º 38 de 28.11.2.012;* ***2-*** *elementos constitutivos estão em consonância com o exigido no Anexo I, Capitulo II, Seção II, Item 1.5, da Instrução Normativa TC/MS n.º 38 de 28.11.2.012;* ***3-*** *regularidade do tempo de contribuição;* ***4-*** *previsão no artigo 72, incisos I, II, III, IV e parágrafo único, da Lei nº 3.150 de 22 de dezembro de 2005, a qual foi concedida através do Decreto "P" nº 923/2013, publicado no D.O nº 8.390, de 12 de março de 2013;* ***5-*** *proventos a perceber na inatividade foram fixados integrais e calculados em conformidade com os preceitos legais e constitucionais.*

A seguir, os autos foram encaminhados ao Ministério Público de Contas que exarou o Parecer nº 12408/2013 (peça virtual 03), opinando pelo registro da presente aposentadoria.

É o relatório.

Das razões de decidir:

Ao compulsar os autos referentes à aposentadoria voluntária, verifico que assiste razão ao corpo técnico desta Corte de Contas, assim como ao Ministério Público de Contas, pois os documentos que os integram atendem às normas constitucionais, legais e estão em consonância com os termos regimentais desta Corte.

No caso foram observadas as exigências da Lei nº 3.150/05, conforme Decreto "P" nº 923/2013, publicado no D.O nº 8.390, de 12 de março de 2013, concedendo o benefício.

Os proventos da aposentadoria foram demonstrados na apostila de proventos, acostada à peça virtual 01, e foram fixados integrais com reajuste por paridade.

Desta feita, com fundamento no art. 120, II e art. 122 do RI/TC/MS nº 057/2006, acolho o parecer do Ministério Público de Contas e decido pelo **REGISTRO** da aposentadoria voluntária concedida a MARIA ALVES BARBOSA DA SILVA CAMARGO, nos termos do art. 72, parágrafo único da Lei nº 3.150/05.

É a decisão.
Publique-se.
Campo Grande, 20 de novembro de 2013.

Cons. Ronaldo Chadid
Relator

CCJO